

ARTIGO

Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica

Rafael Ghidini¹

Najla Mehanna Mormul²

Como citar este artigo: GHIDINI, Rafael. MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve construção histórica. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 1, e19725. ISSN: 2525-8036.

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir as influências do desenvolvimento da agricultura pelo ser humano primitivo e seus reflexos na diferenciação social que ocasionaram o surgimento do Estado enquanto instituição essencialmente classista. Para isso, discorreremos sobre a revolução agrícola neolítica e seus desdobramentos na possibilidade de obtenção do excedente econômico, bem como as relações deste processo com o estabelecimento das classes sociais. Em seguida, debatemos como o Estado surge enquanto uma instituição-agente da luta de classes que opera em favor da classe social dominante tendo, portanto, em sua origem, um caráter classista. A partir desta revisão histórica, constatamos que o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais no neolítico foi fator fundamental para o surgimento de classes sociais conflitantes, bem como concluímos que o Estado, ao surgir imerso neste processo, possui originalmente um caráter classista.

Palavras-chave: luta de classes; estado; hominização; excedente econômico.

Recebido em 18.03.2020

Aprovado em 15.06.2020

Publicado em 22.06.2020

1 INTRODUÇÃO

O presente *paper* consiste numa breve revisão histórica acerca do surgimento das classes sociais a partir da revolução agrícola neolítica e da relação deste fenômeno com a

¹ Licenciado em Geografia. Mestrando em Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: rafael.ghidini@gmail.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: najlamehanna@gmail.com.

institucionalização do Estado. Para tal, buscamos compreender as alterações que ocorreram na dinâmica dos grupos humanos do neolítico com o surgimento das práticas de agricultura e domesticação de animais, entendendo que a partir desse momento histórico noções como propriedade, excedente produtivo e comércio foram ressignificadas e ganharam outras dimensões à luz de mudanças culturais e econômicas. Neste contexto, busca-se compreender a gênese da luta de classes em processos de diferenciação social pré-históricos, contextualizando assim o aparecimento do Estado enquanto gerenciador de conflitos e seu caráter, originalmente, classista. Dessa forma, almejamos alcançar o objetivo principal deste trabalho que consiste em compreender o surgimento do Estado no âmbito da luta de classes e seu papel neste processo a partir da compreensão da origem das classes sociais no contexto da revolução agrícola neolítica.

Para tal, nos valem, enquanto metodologia, da revisão bibliográfica de estudos já clássicos como Engels (2002), Sahlins (1987), Mazoyer e Roudart (2010), Childe (1958), além de alguns escritos de Marx, dentre outros. Buscamos, nas considerações destes estudiosos, conectar elementos que permitam compreender a constituição das classes sociais a partir da história do ser humano enquanto espécie e o resultado deste processo no surgimento do Estado.

Desse modo, organizamos o texto em duas seções. Na primeira, debatemos o surgimento do ser humano enquanto espécie e os desenvolvimentos técnicos e culturais que levaram à estratificação social, bem como a ascensão, em escala de importância, da propriedade, do excedente produtivo e do comércio. Na segunda, apontamos como o Estado surge neste contexto social em ebulição, destacando sua essência classista. Por fim, oferecemos algumas considerações finais nas quais sintetizamos as reflexões realizadas nos momentos anteriores.

Assim sendo, esperamos construir uma unidade argumentativa que permita, mesmo que de maneira sucinta dada a amplitude do tema, a compreensão das linhas gerais que envolvem o surgimento do Estado a partir do desenvolvimento da espécie humana. Longe de esgotar as discussões, buscamos apenas apresentar perspectivas argumentativas que consideramos importantes para o aprofundamento do conhecimento científico sobre o Estado na atualidade, uma vez que a história é incessante e as dinâmicas que vivenciamos hoje podem ter suas origens em épocas longínquas, antes mesmo que pudessem ser explicadas de maneira escrita para nosso entendimento.

2 REVOLUÇÃO AGRÍCOLA NEOLÍTICA E AS CLASSES SOCIAIS

Somos seres históricos, inconclusos, inacabados. Paulo Freire (1987) já dizia isso ao definir o caráter eminentemente histórico da educação e do ser humano. Consciente de sua

historicidade e inconclusão, o modificamos nossas práticas, hábitos de vida e organização social no decorrer do tempo de acordo com as condições às quais fomos expostos. Fenômenos e instituições essencialmente sociais (e, por tal, humanas), como a educação, a economia, a religião, a política e o Estado, também foram, por conseqüente, modificados.

Partindo de uma compreensão que considere nossa condição enquanto espécie, podemos entender que o ser humano não esteve sempre nos mesmos locais nem os habitou da mesma maneira. Ao contrário, tem sido mutável ao longo do tempo. Em seu processo de constituição histórica de acordo com as condições às quais foi exposto modificou, por um lado, sua estrutura e características biológicas – o que poderíamos entender a partir da teoria da evolução de Darwin – e, por outro, sua forma de organização social, levando ao surgimento do *Homo sapiens sapiens*, espécie da qual fazemos parte.

Mazoyer e Roudart (2010) afirmam que:

Pode-se, então, conceber a hominização como o processo de emergência e de substituição de um pelo outro; de tipos humanos sucessivos que dispõem de capacidades biológica e de meios técnicos e culturais sempre mais eficazes, de tipos humanos dos quais o último, *Homo sapiens sapiens*, possui manifestamente uma valência ecológica, quer dizer, uma capacidade superior à de seus predecessores de conquistar e povoar o mundo. [...] Isso significa que, geração após geração, as populações de homínídeos multiplicaram os esforços para criar os meios e explorar mais intensamente e mais amplamente diferentes meios (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 69, grifos do original).

Foi no decorrer do processo de hominização que os modos de organizar as atividades vitais (produção de alimentos, reprodução sexual, proteção) metamorfosearam-se, bem como as formas de interação do ser humano com o ambiente. Trata-se de algo que é, ao mesmo tempo, biológico, fruto da evolução da espécie (e aqui podemos citar as mudanças fisiológicas, como o aumento do volume do cérebro, que modificaram a capacidade criativa e de raciocínio), e histórico, a partir do desenvolvimento de progressos técnicos e trocas culturais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

É de relevância destacar também a importância do trabalho na constituição do ser humano moderno enquanto espécie. Diretamente conectado com a separação de funções entre as mãos e os pés (o que permitiu uma certa liberdade para as primeiras, ocasionando a possibilidade do desenvolvimento de novas habilidades e maneiras de utilização), o trabalho se mostra elementar pois foi a partir dele que modos de vida diferenciados dos até então experimentados pelos nossos ancestrais biológicos puderam se desenvolver. Concomitantemente com o andar ereto, as mãos ficaram desimpedidas de executar outras atividades que foram conseqüência, mas também causa, das mudanças em curso, resultando em um processo contínuo de aperfeiçoamento anatômico – já que nossas mãos se diferenciam em

muito de nossos parentes distantes – e também técnico, consequência de milhares de anos de práticas (ENGELS, 2006).

Em nosso desenvolvimento mais anterior, o trabalho também esteve relacionado com o desenvolvimento da linguagem, pois as novas habilidades se mostraram mais úteis se aplicadas coletivamente, o que tornou uma nova necessidade cada vez mais evidente: a comunicação. A habilidade de compartilhar objetivos, formas e instrumentos, seja por meio de sons ou desenhos, permitiu a formação de agrupamentos humanos mais numerosos e a intensificação do trabalho realizado em conjunto (em contraposição ao trabalho individual), reforçando assim a característica de sociabilidade de nossa espécie. Dessa forma, o trabalho enquanto processo vital esteve presente desde estágios mais anteriores do desenvolvimento humano e foi a partir dele que aspectos marcantes de nossa história, como o surgimento da agricultura e da sociedade, foram possíveis (ENGELS, 2006).

Desde o seu surgimento a cerca de 40.000 anos antes da nossa Era, o *Homo sapiens sapiens* foi o responsável por diversos progressos técnicos, rápidos e variados. Com esses aprimoramentos foram criadas e aperfeiçoadas ferramentas como machados, facas, furadores, raspadores, trinchetes, dentre outros, que tornaram possíveis novas formas de se explorar o meio, o que possibilitou a expansão da valência ecológica da espécie, permitindo assim que o *Homo sapiens sapiens* ocupasse cada vez mais espaço, de modo que há aproximadamente 20.000 anos houvessem indivíduos espalhados por todas as terras emersas, com exceção apenas das áreas glaciais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Durante os primeiros 30.000 de sua existência, embora tenha apresentado progressos no desenvolvimento de técnicas e ferramentas, nossa espécie viveu em estágios anteriores daquilo que se denomina, genericamente, de civilização³: “o regime social em que viviam esses grupos humanos pode ser designado como o da *comunidade primitiva*: os abrigos eram extremamente toscos, a alimentação obtinha-se através da coleta de vegetais e da caça eventual e imperava o nomadismo [...] (NETTO; BRAZ, 2012, p. 68, grifos do original)”.

Nesse período histórico a satisfação da necessidade mais elementar para a manutenção desses grupos humanos, a alimentação, se dava por meio de práticas predatórias que consistiam na movimentação dos grupos pelo espaço em busca de alimentos que eram obtidos principalmente de duas fontes: animais e vegetais. No caso dos animais a prática era a caça, no

³ Embora existam diversas definições para o termo fruto de críticas realizadas já a mais de um século, adotamos aqui àquela concepção de civilização que busca diferenciar grupos humanos maiores e cuja estrutura social possui maior nível de complexidade e organização dado ao desenvolvimento avançado do processo de trabalho, daqueles grupos menores e mais dispersos que estão em fases mais incipientes da organização social, muitas vezes entendidos como “tribais”.

caso das plantas, a coleta. Não havia qualquer tipo de gerência sobre a reprodução desses alimentos (semeadura, adubação, ou, no caso dos animais, reprodução biológica, alimentação) porque não existia interferência do ser humano nesse processo. Os frutos nasciam naturalmente, bem como as plantas que os geravam; os animais reproduziam-se também de forma natural, ao seu tempo e no seu espaço. A coleta e a predação foram os meios encontrados por esses grupos para reproduzirem-se enquanto espécie, e isso era o menos custoso em decorrência das condições de organização social e conhecimento técnico que possuíam naquele momento.

Essa foi uma das causas da limitação do tamanho dos grupos humanos neste período, pois as necessidades alimentares eram supridas de acordo com a capacidade limitada de fornecimento de alimentos do meio no qual viviam, ou seja, a quantidade de caça e de vegetais comestíveis que cresciam neste espaço. Esses limites naturais, dessa forma, constituíam uma barreira populacional em virtude da inexistência de capacidade técnica que permitisse a criação de mais alimentos além daquilo que era fornecido espontaneamente pela natureza (CHILDE, 1958).

Porém, essas práticas de sobrevivência foram alteradas por algumas razões. Por muito tempo, acreditou-se que a superexploração da caça e da coleta, aliada ao aumento populacional que, por conseqüente, tornaram insuficientes os recursos selvagens, haviam sido as principais causas do desenvolvimento da agricultura e da criação. No entanto,

[...] a transformação de uma sociedade que vivia da predação simples e dispunha de instrumentos, de organização social e do *savoir-faire* necessários para uma sociedade que vivia principalmente dos produtos dos cultivos e das criações – e contava com os meios materiais, de organização social e de conhecimentos correspondentes – aparece como um encadeamento complexo de mudanças materiais, sociais e culturais que se condicionam umas às outras e que se organizam por várias centenas de anos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 101, grifos do original).

O atendimento dessas condições técnicas (desenvolvimento de utensílios e conhecimentos relativos à agricultura e criação) e etológicas (sedentarismo⁴) fez com que a reprodução controlada de plantas e animais por meio de sua domesticação tornasse a agricultura e a criação mais vantajosas do que a simples coleta e predação. Foi a partir do Neolítico (aproximadamente 12.000 anos) que essas novas práticas de sobrevivência começam a se tornar cada vez mais comuns e difundidas ao redor do globo. Essa difusão não se deu de maneira uniforme no tempo e no espaço, mas ocorreu de modo que os grupos de agricultores/criadores

⁴ Há certa contradição acerca deste ponto. Childe (1958) afirma que a prática da agricultura não ocasionou, ao menos em um primeiro momento, a fixação dos grupos humanos de maneira permanente, mas apenas durante o período em que determinada área era útil para o plantio, o que faz do contraste comumente realizado entre povos coletores nômades e povos agricultores sedentários algo, em suas palavras, “bastante fictício”.

passaram a prevalecer sobre os grupos de coletores/caçadores (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Essas mudanças constituíram o que Gordon Childe (1958) chamou de Revolução Neolítica. A implementação progressivamente sistemática das práticas de cultivo e criação ocasionaram uma verdadeira transformação que, pela primeira vez, deu ao ser humano o controle sobre o provimento de alimentos. Ou seja, não dependia mais apenas de encontrar locais onde frutas, vegetais e animais passíveis de caça fossem abundantes. Podia agora semear algumas variedades de plantas e criar animais, permitindo assim o aumento da quantidade total de alimentos e, conseqüentemente, da população (CHILDE, 1958).

Dessa forma, muito mais do que uma mudança meramente pragmática, a revolução agrícola neolítica⁵ trouxe a necessidade de uma verdadeira revolução social, até hoje pouco conhecida:

[...] o difícil não era semear os grãos preferidos em um solo já preparado para esse fim, nem capturar e aprisionar, para finalmente criar, entre as caças preferidas, as mais fáceis de manejar. Isso até mesmo os caçadores-coletores sabiam fazer. Difícil era dispor de uma organização e de regras sociais que permitissem às unidades ou grupos de produtores-consumidores retirarem do consumo imediato uma parte importante da colheita anual, para reservá-la como semente. Igualmente difícil era excluir do abate os animais reprodutores e jovens, em crescimento, para permitir que o rebanho se renovasse. Difícil era também preservar os campos semeados por um grupo com direito de “coleta” até então reconhecido pelos outros grupos, e preservar os animais de criação de seu direito de “caça” [...] (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 108).

Outro aspecto a se destacar é que, diferentemente da agricultura praticada por algumas espécies de formigas e térmitas,⁶ cujas práticas são fruto única e exclusivamente da evolução, fazendo com que o cultivo e a criação ocorram de uma maneira muito restrita e imutável, a agricultura humana foi construída historicamente. Não havia um saber inato ou uma característica anatômica que propiciassem, *per si*, o desenvolvimento dessas práticas. Ao contrário, todo o saber sobre o que plantar, quando plantar, onde plantar, foi construído historicamente pelo ser humano. Por isso pôde transformar os diferentes meios de vida e adaptá-los às suas necessidades, transformação esta que ocorre a partir do trabalho, fenômeno exclusivamente humano:

[...] pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-

⁵ Termo adotado por Mazoyer e Roudart (2010), com a adição da palavra “agrícola”.

⁶ Algumas espécies de formigas cultivam cogumelos enquanto outras criam pulgões, dos quais se alimentam. Essa prática ocasionou a domesticação de algumas espécies por outras que não o *Homo sapiens sapiens*. No entanto, esse processo se deu apenas por meio da evolução biológica, e não social, como ocorreu com o ser humano (MAZOYER; ROUDART, 2010).

se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente [...] (MARX, 1996, p. 297-298).

Por mais que possam ser, à primeira vista, semelhantes, o processo de trabalho desenvolvido pelo ser humano é de fundamento diferente daquele desenvolvido por outras espécies. Mesmo que em ambos os casos o trabalho constitua a forma de alteração do meio para a reprodução vital em seus diferentes níveis, no caso do ser humano o trabalho tem intencionalidade, finalidade e objetivos. É planejado na mente, racionalizado, de modo que já existe em pensamento antes mesmo de existir em matéria. Já o trabalho executado por outras espécies é de natureza biológica, imutável, e não apresenta outra função senão àquela condicionada pela evolução, único mecanismo capaz de alterá-lo. Já o trabalho humano foi aprimorado e constantemente modificado, além da evolução, pela experiência, pela técnica, pela comunicação, pela racionalidade, de modo que em poucos milhares de anos pôde resultar em uma transformação tão substancial ao ponto de ser entendida como revolução, que foi a criação da agricultura e a domesticação de animais. Mazoyer e Roudart (2010), ao diferenciarem a criação e cultivo praticadas por algumas espécies de formigas e térmitas das práticas humanas, seguem linha de raciocínio semelhante afirmando que “[...] as sociedades humanas de cultivadores e criadores não são o produto relativamente estável da evolução das espécies. Elas são o produto versátil, acompanhando o tempo e o lugar, de uma incessante história” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 70).

Por essa razão, a dimensão histórica é de fundamental importância para a compreensão de que as práticas humanas de criação e cultivo foram construídas a partir das condições as quais esses sujeitos estavam expostos e das suas intenções e objetivos. Essas mudanças foram causa e também consequência de modificações profundas na forma de organização desses grupos sociais que acabaram resultando, a partir de um longo processo, em uma estrutura social marcada por classes antagônicas entre si.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, até esse momento da história humana o curso do desenvolvimento foi “[...] um fenômeno absolutamente geral, válido em determinado período para todos os povos, sem distinção de lugar (ENGELS, 2002, p. 24)”. Isso não quer dizer, todavia, que os diferentes povos do mundo habitados até então utilizavam as mesmas técnicas, utensílios e práticas de sobrevivência. É possível supor que os locais nos quais esses povos viviam apresentavam diferenças entre si. Em outras palavras, o meio era naturalmente diferente, e por tal a adaptação desses grupos humanos certamente ocorreu de maneira variada entre um ponto e outro, resultando na adoção de certas práticas em um local e não em outro, na criação

de utensílios específicos exclusivos de um lugar que não são encontrados em outros, dentre outras diferenças que foram causadas pela diversidade de meios nos quais esses povos viviam.

No entanto, compreendemos que, ao afirmar que não havia distinção no nível de desenvolvimento entre os diferentes pontos do planeta, Engels (2002), bastante influenciado pelas formulações do antropólogo evolucionista Lewis Morgan e levando em consideração também, na sua ótica de análise, a história que se sucedeu, buscou estabelecer uma diferenciação entre os estágios de desenvolvimento anteriores ao surgimento da agricultura daqueles que emergiram estimulados pelo aumento da oferta de alimentos causado pela revolução agrícola neolítica, que teve como consequência também o aumento da população e da complexidade da organização social. As novas práticas de produção de alimentos intensificaram o desenvolvimento técnico, resultando em habilidades, materiais, processos e instrumentos de trabalho que são característicos e marcantes do momento histórico que se inicia e que, por si só, já estabelecem uma distinção entre os períodos *pré* e *pós* agrícola, além de, pela intensificação deste desenvolvimento, marcarem uma diferenciação cada vez mais intensa entre os diversos locais habitados pelo ser humano. Dessa maneira, guardadas as devidas ressalvas, podemos entender que os níveis de desenvolvimento alcançados após a revolução agrícola neolítica causaram uma diferenciação entre os povos notoriamente mais significativa do que a existente no período anterior, o que não quer dizer, por sua vez, que houvesse certa “igualdade” entre os diferentes povos, mas apenas que as diferenças eram menos expressivas.

Isso porque os grupos humanos do paleolítico não tinham como condição para a sobrevivência o desenvolvimento técnico contínuo e cada vez mais avançado. Por muito tempo acreditou-se que a pobreza e as dificuldades de sobrevivência, dado ao restrito domínio do meio, fizeram com que o ser humano do paleolítico não tivesse condições para desenvolver-se técnica, cultural e socialmente porque estava incessantemente ocupado em sobreviver, dedicando muito tempo para obter os alimentos que necessitava em um meio hostil. Ou seja, a constante luta contra a fome não lhe permitiu o progresso técnico.

Todavia, desde meados do século XX, antropólogos como Marshall Sahlins tem refutado esta compreensão dos povos paleolíticos e, a partir de dados coletados em campo por uma vasta gama de arqueólogos e antropólogos, construído um outro entendimento, afirmando que estes povos não eram pobres (no sentido de carência de insumos básicos para sobrevivência), mas apenas apresentavam um estilo de vida que não segue à lógica econômica moderna, comumente aplicada na tentativa de entendê-los.

Evidências e observações em campo sugerem, ao contrário do que se pensava, que estes povos viviam em meios que lhes permitiam mais do que o necessário para a sobrevivência. Ao

analisar o tempo empregado diariamente em atividades voltadas à produção de alimentos, têm se percebido que o número de horas dedicadas à caça e coleta é, inclusive, mais baixo do que os praticados pelos agricultores do neolítico ou até mesmo pelos trabalhadores do mundo contemporâneo, resultando em períodos consideráveis de ócio que eram dedicados à outras atividades, como a cultura e o descanso. Este fato leva a crer que, se os homens e mulheres do paleolítico dedicavam menos tempo do que o máximo possível para a produção de alimentos, pode-se afirmar que o meio propiciava alimentos em quantidade maior do que a necessária, logo, a ideia de que esses povos viviam em penúria e sofrimento constante não faz mais sentido (SAHLINS, 1987).

As práticas de caça e coleta eram suficientes para o suprimento de suas necessidades. No entanto, por serem práticas essencialmente predatórias, quando o local que habitavam tinham sua capacidade de fornecimento de alimentos reduzida, esses agrupamentos eram forçados a mover-se para outro local a fim de reestabelecer o provimento de alimentos. Assim, o movimento, ou o nomadismo, era uma característica da qual advém o fato da não-acumulação de pertences. Diferentemente do que o economista contemporâneo poderia ver, o pertence (ou a posse) para o sujeito paleolítico não representava riqueza ou poder, mas, ao contrário, era algo negativo porque significava um peso a mais que precisaria ser carregado nas constantes movimentações que o grupo realizava. Dessa forma, ter algum pertence não era algo positivo, mas um fardo, pois o *movimento* possui mais valor do que a propriedade de um bem. Por essa razão inexistia a noção de propriedade privada, pois ter um bem, a posse de algo, significaria ter mais material para carregar, e sendo o movimento uma necessidade, possuir coisas era problemático e simplesmente atrapalhava. Por essa razão os pertences eram muito restritos e em baixa quantidade, constituindo apenas os instrumentos e vestimentas extremamente necessários para a realização das atividades rotineiras. Como diria Sahlins (1987, p. 24) “[...] a mobilidade e a propriedade são incompatíveis”.

Assim sendo, o progresso técnico ocorria de maneira pouco significativa porque, em primeiro lugar, as práticas até então concebidas eram suficientes para a satisfação das necessidades desses povos. Os alimentos obtidos propiciavam a sobrevivência com a aplicação apenas parcial do tempo diário disponível para a caça e a coleta. Em segundo lugar, a necessidade constante do movimento tornava pouco útil o desenvolvimento de novos utensílios, ferramentas e bens, porque estes dificilmente poderiam ser carregados entre um sítio e outro. Logo, criar novos pertences, habitações, ou outros bens materiais era pouco válido, motivo pelo qual não despertava o interesse destes povos (SAHLINS, 1987).

Outro aspecto que merece destaque no período paleolítico é a inexistência do excedente de produção. No entanto, essa inexistência se dá não pela incapacidade produtiva, pela falta de domínio técnico ou pela hostilidade do meio, como até pouco se acreditava, mas sim pela necessidade de movimento. A inexistência da noção de propriedade privada (pela necessidade de movimento), torna ineficiente a ideia de armazenamento e acumulação. Consequentemente, inexistia o hábito do estoque de produtos obtidos em dias de boa caça e coleta para o consumo nos momentos de escassez. Pelo contrário, eram ingeridos imediatamente. Logo, não havia excedente de produção porque as práticas de sobrevivência – caça e coleta associados ao nomadismo – não permitiam o armazenamento, seja de bens ou de alimentos (SAHLINS, 1987).

Até a fase inferior da barbárie (denominação de Lewis Morgan, adotada por ENGELS, 2002), a ausência da propriedade privada, do excedente produtivo e o progresso técnico pouco relevante resultaram em grupos humanos com baixa diferenciação social. Segal (1945) chama essa organização de “comunismo primitivo”, mesma denominação adotada por Netto e Braz (2012). Já Engels (2002) a denomina como “economia doméstica comunista”. Tomando como exemplo os Iroqueses, norte-americanos, afirma que a única distinção existente era entre os sexos⁷:

[...] o homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução de seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas (ENGELS, 2002, pp. 178-179).

Foi a revolução agrícola neolítica que: primeiro, possibilitou a fixação dos grupos humanos no espaço, reduzindo a importância do *mover-se*; e, segundo, constituiu uma mudança cultural inédita pois permitiu o controle do ser humano sobre o meio natural. Estes dois aspectos, de maneira interrelacionada, são centrais para o entendimento da importância do surgimento da agricultura e da criação na constituição social do ser humano. Até este momento os povos caçadores conseguiram, com o emprego de apenas uma parcela de seu tempo disponível, suprir as suas necessidades de sobrevivência, em um nível baixo, mas que não é sinônimo de fome ou falta de suprimentos básicos. Ou seja, regulados pelo meio e, por consequência, movendo-se nele, puderam tranquilamente suprir as suas necessidades, mas não lhes foi possível armazenar, acumular, construir habitações elaboradas. A partir do neolítico, o ser humano deixou de ser controlado pelo meio para controlá-lo. Ao invés de mover-se quando

⁷ Sahlins (1987) faz a mesma constatação quando se refere aos Bosquímanos, do sul da África.

o local que habitava já não possuía mais alimentos, passou a plantar e a criar animais de modo que este mesmo local passasse a produzir novamente os recursos que necessitava. Houve uma mudança cultural na qual as posições foram invertidas. Antes, a natureza designava o caminho do ser humano. Agora, o ser humano designa o caminho da natureza (SAHLINS, 1987).

Essa guinada cultural causada pela revolução agrícola neolítica resultou em que, nessa nova fase, as possibilidades de ação sobre a natureza fossem substancialmente expandidas. Juntando-se a isso o fato de que, pela progressiva fixação espacial, o movimento deixa de ter importância crucial, temos novos usos, novas formas de aproveitamento do meio, que agora podem ser armazenadas, ou acumuladas. Logo, o excedente produtivo, que antes era apenas possível, porém não praticável, torna-se enfim viável, condição essencial para as mudanças que viriam a ocorrer:

o surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano [...] (NETTO; BRAZ, 2012, p. 57, grifos do original).

Ainda que Mauss (2009) já tenha apontado que a gênese da troca enquanto atividade rotineira não está diretamente conectada com o excedente econômico, uma vez que, enquanto dádiva, se expressa nos povos primitivos em esferas mais amplas como religião, cultura, política, como fenômeno relacionado a ações de paz e guerra, de definição de hierarquia, de respeito, de amigabilidade, de reverência aos deuses, entre outras, a intensificação do excedente produtivo (a produção que não tem ligação direta nem tampouco é bem fundamental para a sobrevivência do grupo) fez com que a esfera da troca enquanto comércio, isso é, uma de suas dimensões, aquela que manifesta a intencionalidade econômica, fosse fortalecida. Daí advém essa intensificação das relações comerciais que é apontada por Netto e Braz (2012), por mais que isso não tenha constituído, contrariando os autores, as origens do processo de troca.

Com o surgimento da prática da criação tem origem a primeira grande divisão social do trabalho que diferenciou as tribos mais adiantadas que já controlavam a reprodução doméstica do gado e tinham, por consequência, uma produtividade maior, daquelas que ainda não dominavam essa técnica. As primeiras, por terem a possibilidade de acumulação de excedente, puderam intensificar as trocas regulares com fins econômicos com outras tribos. Ganha relevância o comércio. Em um primeiro momento, o item trocado era o gado, que chegou a

assumir o papel de referência para a determinação do valor de troca, exercendo a função de moeda (ENGELS, 2002).

Opera então um processo de diferenciação social que se dá em duas dimensões. Uma delas é aquela que ocorre *entre* as diversas tribos. Com o sedentarismo e o progresso técnico permitido por ele, essas tribos desenvolveram, cada qual a seu modo, novos conhecimentos, novas práticas, novas ferramentas, gerando novos processos produtivos que eram fruto de cada experiência tribal específica. Logo, o desenvolvimento atingido por uma tribo foi diferente daquele alcançado por qualquer outra, bem como os níveis e os tipos de produtos produzidos. Certamente a diversidade na esfera cultural já era perceptível desde antes deste período, uma vez que cada grupo humano desenvolveu, ao longo de sua história, suas próprias representações culturais. Todavia, o que se intensifica neste momento, de maneira a deixar essas diferenças ainda mais marcantes, foi o progresso técnico.

Ao mesmo tempo, o progresso técnico, permitindo o domínio da natureza, aumentou o leque de possibilidade de ação do ser humano sobre ela. Isso, por sua vez, permitiu uma diferenciação social *dentro* de cada tribo. Aquela divisão do trabalho entre os sexos, comum a diversas tribos das quais conhecemos a história, torna-se paulatinamente mais complexa. Ao mesmo tempo em que se é criado mais conhecimento criam-se também novas formas de trabalho a partir de técnicas até então inéditas, que passam a ocupar também o tempo de cada membro da tribo. Dessa forma, além da figura do caçador, passamos a ter também a do artesão, do agricultor, do criador. Ou seja, a divisão do trabalho se intensifica.

Além disso, há de se considerar que, se no paleolítico a condição do meio em fornecer o que era necessário para a sobrevivência das tribos estava condicionada a uma restrição de sua dimensão demográfica, ou seja, precisavam ter poucos membros para poderem sobreviver de maneira suficiente apenas da caça e coleta (SAHLINS, 1987), a revolução neolítica, como aponta Childe (1958), permitiu o aumento da quantidade de indivíduos vivendo um mesmo meio, o aumento da população. Concomitantemente, as mudanças culturais em curso não tardaram a dar ao ser humano a compreensão de que, capaz de dominar a natureza, era também agora capaz de dominar o próprio ser humano:

finalmente, a guerra ajudou a uma grande descoberta - que os homens assim como os animais podem ser domesticados. Em vez de matar um inimigo derrotado, ele pode ser escravizado; em troca de sua vida ele podia ser obrigado a trabalhar. Essa descoberta foi comparada em importância à domesticação dos animais. De qualquer forma, desde épocas históricas antigas a escravidão foi uma das bases da indústria antiga e um potente instrumento na acumulação de capital [...] (CHILDE, 1958, p. 109, tradução dos autores).

O aumento da população, agora além de possível, torna-se também desejável. O excedente produtivo tornou interessante a exploração do trabalho alheio, o que antes não o era, primeiramente porque a quantidade de membros da tribo precisava ser restrita, além disso, porque não havia o elemento cultural de dominação sobre a natureza – inclusive sobre a natureza do próprio ser humano. As mudanças em curso causadas pelo surgimento da agricultura e da domesticação dos animais fizeram com que estes elementos fossem redefinidos, permitindo assim a escravização e gerando no interior dessas tribos, como aponta Engels (2002), a primeira grande divisão de classes: entre senhores e escravos.

3 CLASSES, LUTA DE CLASSES E ESTADO

Com o avanço progressivo da técnica e o surgimento de novas ocupações e habilidades, intensifica-se a separação entre a produção de ferramentas, itens, objetos de significado cultural ou religioso, da produção de alimentos em si, de modo que se opera a segunda grande divisão social do trabalho, na qual o artesanato separa-se da agricultura. Nesse cenário, cada vez mais marcado pela diferenciação social e do trabalho, o excedente produtivo fortalece aquela dimensão das trocas voltada a objetivos econômicos, ou seja, o comércio. A acumulação e a troca⁸ passam a ocorrer em uma lógica cada vez mais individualista, o que resultou na constituição de uma terceira classe social especializada nesta atividade: os comerciantes (ENGELS, 2002).

As novas atividades produtivas propiciadas pelo progresso técnico estimularam processos de diferenciação social que resultaram no surgimento das classes sociais, divididas em um primeiro momento a partir das atividades produtivas mas que, com o desenvolvimento das noções de propriedade privada e, por consequente, da acumulação de riquezas, passaram a representar mais do que isso, sendo marcadas por interesses conflitantes em uma típica relação de exploração, o que já é perceptível quando analisamos a primeira divisão social entre escravos e senhores. Por meio da captura e posterior servidão, os escravos tiveram o seu trabalho surrupiado e foram obrigados, a partir da utilização de instrumentos coercitivos, a produzirem para os seus captadores. Ou seja, seu trabalho foi usurpado num processo de exploração de uma classe social por outra (ENGELS, 2002).

⁸ Referimo-nos aqui à troca enquanto comércio, não enquanto dádiva, respeitando as diferenças apontadas por Mauss (2009).

Já o surgimento dos comerciantes, por sua vez, especializados não no processo produtivo mas no intercâmbio de mercadorias, mostra como este ramo de atuação estava se tornando cada vez mais central e de primeira importância na vida desses grupos, marcando a importância que o excedente econômico e a acumulação de riquezas passaram a ter. Isso porque temos agora na dinâmica econômica uma classe social que está completamente fora do processo produtivo de bens, de riqueza, que está desconectado da necessidade do trabalho enquanto forma de sobrevivência:

[...] surge uma classe que, sem tomar absolutamente parte na produção, conquista a direção geral da mesma e avassala economicamente os produtores; uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores, e os explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e riscos da troca de produtos, de encontrar saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas (ENGELS, 2002, pp. 186-187).

Alcança-se então um estado de coisas onde o impulso pela acumulação do excedente econômico gesta toda uma classe social que é desvinculada de qualquer participação nos processos produtivos. O trabalho, inicialmente tido como ferramenta de subsistência pelos primeiros grupos de nossa espécie, começa a ter seus produtos não mais utilizados para esse fim, mas para a acumulação e concentração cada vez maior de riqueza, a partir de um processo de exploração do trabalho alheio que se deu, nesse caso específico, por meio da exploração de uma classe social sem participação alguma na produção – os comerciantes –, sobre outra, produtora – os artesãos (ENGELS, 2002).

A exploração do trabalho alheio está diretamente conectada com a noção de propriedade. Como vimos, a propriedade privada torna-se possível a partir da revolução agrícola neolítica, tanto a posse da natureza quanto a posse do próprio ser humano. Estão dados, com a escravidão, os princípios da servidão, na qual o trabalho de um indivíduo não é mais voltado para a subsistência de si ou do grupo, mas sim a produzir aquilo que o seu dono espera. E, além de ter a organização do seu trabalho alheia a si, o produto dele também não lhe pertence. Esta organização social cada vez mais contrastante desenvolveu classes e também relações sociais antagônicas, que passam a lhes ser características. Os escravos possuíam interesses diferentes dos seus senhores, bem como os comerciantes possuíam também interesses distintos dos produtores ou dos artesãos. Essa divergência gerou conflitos entre as classes que passam a lutar para realizar seus objetivos, das mais diferentes formas. Por meio de seu poder econômico,

militar, territorial, impõem, as mais poderosas sobre as mais fracas, suas vontades. A *luta de classes* passa, desde então, a ser fundamental para a compreensão do desenrolar de toda a história:

a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (ENGELS; MARX, 2004, pp. 45-46).⁹

Ao mesmo tempo em que se intensificam as diferenças entre as classes sociais e seus conflitos e a sociedade torna-se, portanto, mais complexa, também aumentam a densidade populacional e a necessidade de organização e proteção do território. Torna-se necessário o estabelecimento de uma instituição que possa, por um lado, ordenar e gerenciar o território e, por outro, mediar os embates sociais que surgiam.

Nas sociedades analisadas por Engels (2002) isso ocorreu, em um primeiro momento, pela associação entre diferentes tribos consanguíneas chefiada por uma personalidade militar. A preferência pela militarização da gestão ocorreu porque o aglutinamento dessas tribos permitiu a formação de exércitos mais numerosos e organizados, o que transformou a guerra em um negócio, em atividade rotineira, seja para o enriquecimento através da pilhagem ou expansão do domínio territorial:

[...] as guerras de rapina aumentavam o poder do supremo chefe militar e também dos chefes inferiores, sobretudo a partir da introdução do direito paterno, passou gradualmente a ser sucessão hereditária – tolerada a princípio, em seguida exigida, e finalmente usurpada; com isso, foram assentados os alicerces da monarquia e da nobreza hereditária. Dessa forma, os órgãos da constituição gentílica foram sendo arrancados de suas raízes populares, raízes na gens, na fratria e na tribo, com o que todo o regime gentílico acabou por se transformar em seu contrário: de uma organização de tribos para a livre regulamentação de seus próprios assuntos, fez-se uma organização para o saque e a opressão dos vizinhos; e, correspondentemente, seus órgãos deixaram de ser instrumentos da vontade do povo, convertendo-se em órgãos independentes, para dominar e oprimir seu próprio povo [...] (ENGELS, 2002, p. 185).

Essa organização, na forma de instituição à que Engels se refere, é o Estado, que se expressa em suas primeiras formas como estrutura monárquica e hereditária. Em gênese serviu, na sua dimensão como “gerenciador” de conflitos, para representar os grupos dominantes da organização social. Se a guerra era econômica e politicamente interessante para as elites militares, é difícil imaginar que os sujeitos pobres iriam para o campo de batalha por livre e

⁹ Por mais que Engels e Marx apontem, em nota de rodapé, que a “história” a qual se referem em sua notória frase é a história escrita (já que na pré-história pensadores como Haxthausen, Maurer e Morgan haviam identificado formas de vida socialmente igualitárias e não conflitantes), destacam, logo em seguida, que foi a corrosão dessa coletividade originária que resultou na cisão da sociedade em classes opostas entre si. Ou seja, a luta de classes teria apresentado suas primeiras formas durante a dissolução dessa organização social, ainda na pré-história.

espontânea vontade, uma vez que não enriqueciam com esse processo. Ao incentivar a guerra, a elite militar usou o Estado para satisfazer seus próprios anseios de enriquecimento e expansão de poder. Temos então aí uma das características do surgimento do Estado enquanto instituição, que foi a representação do interesse específico de um grupo social, aqui tido como o comando militar e seus associados, como os subcomandantes.

Progredindo cronologicamente veremos que o Estado ateniense também possuía a mesma característica de representar grupos sociais e interesses específicos. Seria ingenuidade acreditar que, em uma sociedade marcada pela disputa entre classes, o Estado estaria desconectado desse embate, como se fosse uma instituição que flutuasse acima da sociedade e não fosse, ele próprio, uma resposta dessa mesma sociedade aos seus problemas, no caso, uma resposta da classe social dominante. Na própria Atenas:

[...] a sociedade, crescendo a cada dia, ultrapassava o marco da gens; não podia conter ou suprimir nem mesmo os piores males que iam surgindo à sua vista. Enquanto isso, o Estado se desenvolvia sem ser notado. Os novos grupos, formados pela divisão do trabalho (primeiro entre a cidade e o campo, depois entre os diferentes ramos do trabalho nas cidades), haviam criado novos órgãos para a defesa dos seus interesses, e foram instituídos ofícios públicos de todas as espécies [...] (ENGELS, 2002, p. 126).

Outra das expressões do Estado como agente do processo contínuo de luta de classes, que é também uma de suas características essenciais, é a existência de uma força pública de segurança separada do povo, uma força do Estado. Na Grécia antiga existia na forma de uma polícia que, além de servir como proteção externa, garantia a subordinação dos escravos. Resta claro que o Estado ateniense, por meio da repressão realizada por sua força própria de segurança, agiu para representar os interesses de uma classe social exploradora, os senhores, contra uma classe social explorada, os escravos, não atuando então como um mediador neutro dos conflitos sociais, mas como agente de uma classe social específica, a classe dominante, os senhores de escravos. Essa força pública de segurança também existiu em Roma onde, devido à estrutura de classes presente, a força pública também assumiu um papel de repreensão social de classe, na qual os cidadãos sujeitos ao serviço militar formavam um corpo que se opunha aos escravos e também aos proletários pobres, impedidos de usar armas (ENGELS, 2002).

Com a expansão do comércio e da utilização do dinheiro como mercadoria, ou seja, da prática de empréstimos e cobrança de juros, a concentração da riqueza progrediu rapidamente, gerando a acumulação do excedente econômico em um número cada vez mais restrito de sujeitos, ao mesmo tempo em que a grande massa da população se tornava mais pobre. A distinção social e, por conseqüente, os conflitos que derivaram desta foram tornando-se gradativamente mais intensos e preocupantes. Daí advém um dos fatores da gênese do Estado,

a sua atuação como coordenador desse embate social que, com o acúmulo de riquezas em poucas mãos, fica cada vez mais latente:

como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado [...] (ENGELS, 2002, pp. 193-194).

Tanto é que na maior parte dos Estados históricos os cidadãos são classificados em termos de direitos por suas posses, como em Atenas, Roma ou nos estados feudais. O Estado é, portanto, uma necessidade histórica específica da sociedade estratificada em classes. Não tem existido eternamente, mas se desenvolveu na medida em que as classes dominantes necessitaram de novas instituições para legitimar e viabilizar a continuidade da exploração do trabalho alheio (ENGELS, 2002).

O Estado moderno, fiel à sua gênese, continua sendo uma instituição de opressão de uma classe sobre a outra. Com o advento da modernidade, as novas condições sociais simplificaram a estratificação reduzindo-a a duas possíveis classes sociais: burguesia e proletariado. A exploração segue no sentido de que o aumento da riqueza de uma é diretamente proporcional ao aumento da pobreza de outra, e a centralização totalizante e cosmopolita de poder político e econômico promovida pela burguesia tem a participação direta do Estado:

a burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas entre si quase que por laços confederativos, com interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em *uma só* nação, com *um só* governo, *uma só* legislação, *um só* interesse nacional de classe, *uma só* barreira alfandegária (ENGELS; MARX, 2004, p. 50, grifos do original).

Essas instituições unificadoras têm a tendência de servirem à classe dominante como forma de perpetuação de poder. Desde seu surgimento o Estado se mostrou uma instituição útil no gerenciamento da luta de classe, favorecendo os processos exploratórios de uma classe sobre outra que, na modernidade, trata-se da exploração da burguesia sobre o proletariado: “[...] o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ENGELS; MARX, 2004, p. 47), o que demonstra a influência de seu caráter classista originário em sua constituição contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução agrícola neolítica estabeleceu um marco na história do ser humano pois foi responsável por mudanças que diferenciaram de maneira contrastante os hábitos de vida anteriores e posteriores ao surgimento da agricultura e da criação. O progressivo sedentarismo e a consequente fixação locacional propiciaram o contexto necessário para que a propriedade, ou seja, a posse, que antes era um estorvo e um problema, tornasse-se praticável. Considerando também a capacidade de armazenamento, torna-se possível a acumulação do excedente produtivo, que é um dos elementos fundantes da diferenciação social, juntamente com a divisão do trabalho causada pelo progresso técnico.

Esse processo ocasionou o surgimento de grupos sociais distintos (com características específicas), as classes sociais, que possuíam também interesses diversos, como era o caso dos senhores e escravos, dos nobres e plebeus, da elite militar e dos soldados. Como esses objetivos eram, por vezes, conflitantes, passam a se desenvolver antagonismos entre as classes e embates no processo de consecução desses interesses, no que pode ser compreendido como luta de classes.

A intensificação da diferenciação social fez com que a essa estratificação se tornasse mais ampla e complexa, o que ocasionou a necessidade do gerenciamento desses conflitos para a manutenção da vida social, tarefa para a qual foi estabelecido o Estado que, por surgir no âmbito de uma sociedade desigual, acaba representando, em origem, os segmentos sociais de maior poder dessa mesma sociedade. As interfaces entre classes sociais e Estado tornam-se visíveis na observação de dois casos de Estados clássicos: o grego e o romano.

Por fim, resta claro, a partir desta retomada histórica, que o desenvolvimento da agricultura pelo ser humano primitivo foi fator preponderante para o surgimento das primeiras diferenciações sociais, o que por sua vez esteve diretamente conectado com a necessidade de instituições para o seu gerenciamento, como o Estado. Dessa forma, a dimensão histórica é de fundamental importância para a compreensão da gênese do Estado enquanto instituição. Ao elegê-lo como objeto de análise, seria arriscar-se ao erro se os pesquisadores não considerassem sua dinâmica original para entendê-lo. Longe de traçarmos qualquer entendimento do Estado moderno, cabe-nos apenas afirmar que, fruto de uma contínua história, seu surgimento traz consigo as raízes da luta de classes e, considerando que tais conflitos intensificam-se na sociedade capitalista, resta crer que sua essência conflituosa, gestadas na conformação da luta de classes, constitui, portanto, uma preocupação que deve ser constante para os estudiosos do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHILDE, Vere Gordon. **Man makes himself**. Nova York: The New American Library of World Literature, 1958.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Trabalho Necessário**, [s. l.], ano 4, n. 4, p. 1-9, 2006.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAUSS, Marcel. **Ensayo sobre el don**: forma y función del intercambio en las sociedades arcaicas. Buenos Aires: Katz, 2009.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAHLINS, Marshall. **Economía de la Edad de Piedra**. Madrid: Akal, 1987.
- SEGAL, Lev. O Desenvolvimento Econômico da Sociedade. In: ENGELS, Friedrich; THALHEIMER, August; SEGAL, Lev; HARARI, J. **Introdução ao Estudo do Marxismo**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/index.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

NEOLITHIC AGRICULTURAL REVOLUTION AND THE APPEARANCE OF THE CLASSIST STATE: BRIEF HISTORICAL RECONSTITUTION

Rafael Ghidini

Najla Mehanna Mormul

How to cite this article: GHIDINI, Rafael. MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve construção histórica. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 1, e19725. ISSN: 2525-8036.

Abstract: The present work aims to discuss the influences of the development of agriculture by the primitive human being and its reflexes in the social differentiation that caused the emergence of the State as an essentially classist institution. Accordingly, we discuss the Neolithic agricultural revolution and its consequences in the possibility of obtaining the economic surplus, as well as the relations of this process with the establishment of social classes. Then, we debate how the State emerges as an institution-agent of the class struggle that operates in favor of the dominant social class, therefore having, in its origin, a class character.

From this historical review, we found that the development of agriculture and animal husbandry in the Neolithic Period was a fundamental factor for the emergence of conflicting social classes, in conjunction with concluding that the State, when it emerged immersed in this process, originally has a class character.

Keywords: class struggle; state; hominization; economic surplus.